

A relação dos movimentos socioterritoriais camponeses com a Universidade por meio do PRONERA: diálogos e tensionamentos

Rodrigo Simão Camacho

Professor da Licenciatura em Educação do Campo (LEDUC) da Faculdade Intercultural Indígena (FAIND) da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD)
e-mail: rogeo@ymail.com

Resumo

O marco inicial na história da Educação do Campo é quando em 1997 foi realizado o I Encontro Nacional dos Educadores da Reforma Agrária (ENERA). A história da Educação do Campo está diretamente relacionada com a conquista de políticas públicas. A primeira grande conquista da Educação do Campo foi o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA). O Programa nasceu em 1998 da luta dos movimentos sociais e sindicais do campo. O Curso Especial de Graduação em Geografia (CEGeo) é um curso construído junto com os militantes dos movimentos socioterritoriais camponeses, estabelecendo-se uma relação entre universidade, movimentos sociais e Estado. O objetivo deste artigo é o de fazer uma reflexão acerca dos diálogos e tensionamentos na relação dos movimentos socioterritoriais com a universidade por meio do PRONERA, tendo como recorte de análise, o CEGeo. A metodologia foi a discussão teórica e os trabalhos de campo com entrevistas aos educandos-militantes dos movimentos camponeses no CEGeo.

Palavras-chave: Educação do campo; movimentos socioterritoriais; Universidade; PRONERA.

The relation of socio-territorial peasant movements with the university through PRONERA: dialogues and tensions

Abstract

The first momentous of the history in the Education of the Countryside is when in 1997 was held the I ENERA. The history in the Education of the Countryside is directly related to the achievement of public policy. The first major achievement of Education of the Countryside was the PRONERA. The program was born in 1998 due to the struggle union of the social movements and syndicates in the countryside. The Special Course of the Undergraduate in Geography (CEGeo) is a course constructed along with the militants of the socio-territorial peasant movements, establishing a relation between University, Social Movements and State. The purpose of this article is to make a reflection about the dialogues and tensions in the relation of socio-territorial movements with the university through the PRONERA, with the analysis of cutting, the CEGeo. The methodology was the theoretical discussion and field work with interviews with students-activists of peasant movements in CEGeo.

Keywords: Education of the countryside; socio-territorial movements; University; PRONERA.

La relación de los movimientos campesinos socio-territoriales con la universidad a través del PRONERA: diálogos y tensiones

Resumen

El primer hito de la historia de la educación del campo es cuando en 1997 se celebró el I ENERA. La historia de la educación rural está directamente relacionada con la consecución

Revista NERA	Presidente Prudente	Ano 20, nº. 39 - Dossiê	pp. 186-210	2017
--------------	---------------------	-------------------------	-------------	------

de la política pública. El primer logro importante de la educación rural fue el Programa Nacional de Educación en la Reforma Agraria (PRONERA). El programa nació en 1998, la lucha de los movimientos sociales y sindicales en el campo. Curso de Graduación Geografía Especial (CEGeo) es un curso de construcción con los militantes de los movimientos socio-territoriales campesinos, estableciendo una relación entre la universidad, los movimientos sociales y el Estado. El propósito de este artículo es hacer una reflexión sobre los diálogos y las tensiones en la relación de los movimientos socio-territoriales con la universidad a través del PRONERA, tiendo con análisis, el CEGeo. La metodología fue la discusión en el campo teórico y entrevistas a estudiantes activistas de los movimientos campesinos en CEGeo.

Palabras clave: Educación del campo; movimientos socio-territoriales; Universidad; PRONERA.

Introdução

O marco inicial na história da Educação do Campo é quando, em 1997, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) realizou, em conjunto com a Universidade de Brasília (UNB) e a Unicef (Fundo das Nações Unidas para a Infância), o I ENERA (I Encontro Nacional de Educadores de Reforma Agrária). O segundo marco histórico da Educação do Campo foi a I Conferência Nacional Por uma Educação Básica do Campo. Foram mil participantes reunidos em Luziânia-GO, de 27 a 31 de julho de 1998, que formaram a Articulação Nacional Por Uma Educação Básica do Campo.

O tema políticas públicas foi central na II Conferência Nacional de Educação Básica do Campo, cujo tema foi **Educação do Campo: direito nosso, dever do Estado**. A primeira conquista da Educação do Campo, enquanto política pública, foi o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) (MOLINA, 2012; CAMACHO, 2014). O Manual de Operações do PRONERA, diz que o PRONERA é uma política pública de Educação do Campo desenvolvida nas áreas de Reforma Agrária. Seu objetivo é fortalecer o campo enquanto território de vida em todas as suas dimensões: ambientais, econômicas, sociais, políticas, culturais e étnicas. O Programa nasceu em 1998 da luta dos movimentos sociais e sindicais camponeses (BRASIL, 2011).

Os movimentos sociais são formados a partir de ações sociopolíticas construídas por sujeitos sociais coletivos pertencentes a diferentes classes articuladas a determinada conjuntura socioeconômica e política de um país (GOHN, 1997). Estamos vivendo um período histórico de mobilizações, onde múltiplos povos se apresentam à cena política: populações camponesas, indígenas, quilombolas etc. que lutam para conquistar e/ou resistir em seus territórios. Estes movimentos que constroem/reconstroem territórios são denominados por Fernandes (2005) de movimentos socioterritoriais.

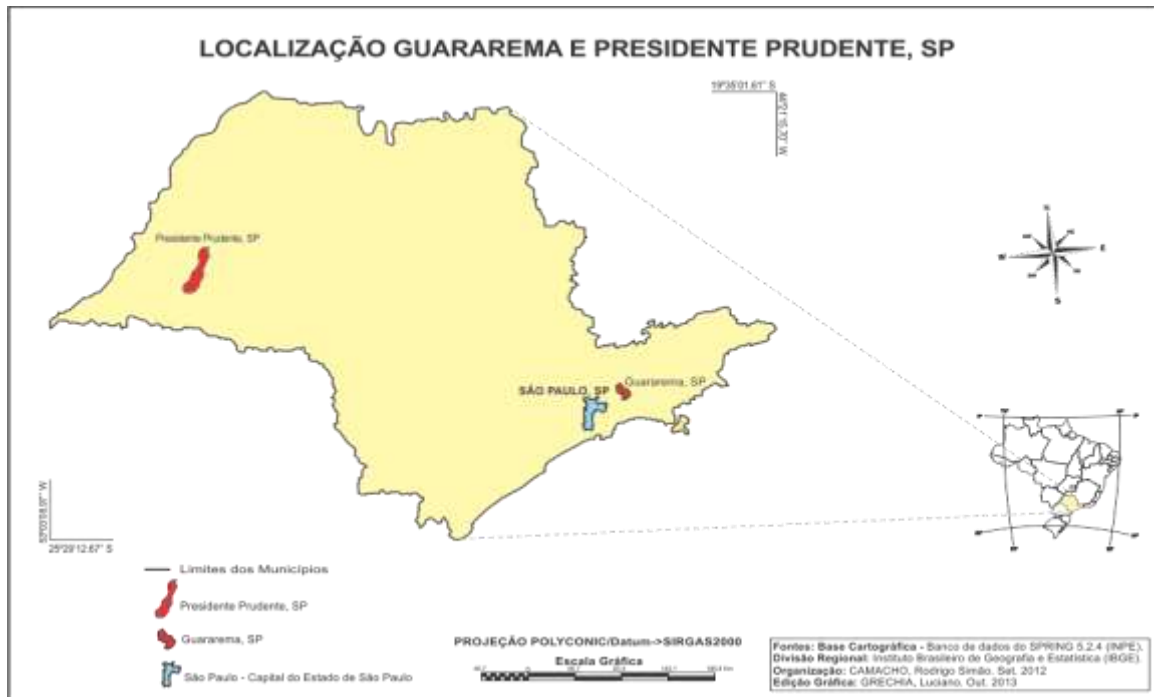
Fruto da conquista da luta dos movimentos socioterritoriais camponeses temos o Curso Especial de Graduação em Geografia (CEGeo). Neste curso, estabelece-se uma

relação entre Universidade, Movimentos Sociais e Estado. Foi organizado a partir de uma parceria construída entre a Via Campesina – Brasil; a Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF); a Faculdade de Ciências e Tecnologia (FCT) da Universidade Estadual Paulista “Júlio Mesquita Filho” (UNESP) - *Campus* de Presidente Prudente; o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – (INCRA) por meio do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA).

Metodologia

Primeiramente, fizemos uma reflexão acerca da literatura sobre a Educação do Campo dialogando, sobretudo, com o Manual de Operações do PRONERA, publicado em 2011. Como segundo passo, analisamos o Projeto Político-Pedagógico do Curso Especial de Graduação em Geografia (CEGeo). Na terceira etapa, foram realizadas 04 trabalhos de campo. Por meio da observação-participante, 41 estudantes do total de 46 formandos, foram entrevistados a partir de um questionário semiestruturado. Também, foram entrevistados coordenadores e monitores do Curso. Os trabalhos de campo foram realizados nos seguintes tempos-espços:

- O primeiro foi realizado de 10 de janeiro de 2010 a 20 de fevereiro de 2010, na Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista (UNESP), em Presidente Prudente, SP;
- O segundo foi realizado em julho de 2010, na Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF), em Guararema, SP;
- O terceiro foi realizado de 10 de janeiro de 2011 a 07 de fevereiro de 2011, na Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista (UNESP), em Presidente Prudente, SP;
- E o último foi realizado em julho de 2011, na Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF) em Guararema, SP.

Mapa 1 - Localização dos municípios de Presidente Prudente e de Guararema – SP

Movimentos Socioterritoriais: um Conceito Geográfico para explicar a Territorialização dos Movimentos Sociais

[...] Cabe, portanto, na academia e fora dela entendê-los [os camponeses], dar-lhes visibilidade e, na luta, nos posicionar ao seu lado. [...]. (ALMEIDA; PAULINO, 2010, p. 58).

Para conceituar os movimentos sociais vamos utilizar a definição de Maria da Glória Gohn, que afirma que os movimentos sociais são “[...] ações sócio-políticas construídas por atores sociais coletivos pertencentes a diferentes classes e camadas sociais, articuladas em certos cenários da conjuntura socioeconômica e política de um país, criando um campo político de força social na sociedade civil”. (1997, p. 251). Suas ações se estruturam a partir de conflitos e disputas na sociedade. Estas ações criam uma identidade coletiva de interesses político-cultural comuns ao grupo organizado em espaços não-institucionalizados. Estes sujeitos interferem de maneira direta nas transformações ou na manutenção da ordem vigente dependendo da ideologia que seguem: progressista ou reacionária. A categoria central que explica a existência dos movimentos sociais é a luta social. Esta luta é sempre pela conquista de algo ou pela resistência às mudanças que os atingem. Os movimentos sociais podem ser construídos pelas classes dominantes ou pelas classes subalternas. Estas últimas sempre produziram mais lutas sociais do que as primeiras. A luta das classes

dominantes tem por objetivo impor o ponto de vista de uma minoria (ideologia das classes dominantes) para toda a sociedade (GOHN, 1997; CAMACHO, 2014).

De maneira geral, existem 05 categorias principais de movimentos sociais: 1ª - Movimentos construídos a partir da origem social da instituição que a apoia ou abriga seus mandatários; 2ª - Movimentos sociais construídos a partir das características da natureza humana: sexo, idade, raça e cor; 3ª - Movimentos sociais construídos a partir de determinados problemas sociais; 4ª – Movimentos sociais construídos em função de questões da conjuntura das políticas de uma nação (socioeconômica, cultural etc.); 5ª - Movimentos sociais construídos a partir de ideologias (GOHN, 1997).

Com o avanço da democracia no Brasil e na América Latina, os movimentos sociais populares (das classes subalternas) tornaram-se mais abertos e diluídos. Atualmente, temos muitos movimentos emergentes importantes. Estamos vivendo um período histórico de mobilizações onde múltiplos povos e culturas se apresentam à cena política: populações camponesas, indígenas ou comunidades negras, além do movimento de mulheres e em defesa do meio ambiente (PORTO-GONÇALVES, 2002; CASALDÁLIGA, 2004). Estas lutas, também, mesclam-se e são resignificadas, como é o caso o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no Brasil que incorporou em suas lutas de modo próprio a perspectiva socioambiental (PORTO-GONÇALVES, 2002).

Neste período histórico devemos estar atentos à evolução desses **novos movimentos sociais** que aparecem cada vez mais fortes no cenário político mundial e, principalmente, na América Latina, reivindicando direitos e exigindo mudanças. Estes movimentos, por meio de novas práticas, vão estabelecendo condições que propiciam aos indivíduos se tornarem sujeitos de sua própria história. Eles surgem como novos atores do cenário político e encontraram na sociedade civil o melhor local de fazer política. Vem demonstrando uma enorme capacidade de organização autônoma e de questionamento das estruturas dominantes vigentes, vislumbrando a potencialidade de conduzir às transformações sociais e radicalizando o processo democrático, tendo como objetivos principais a serem alcançados: a identidade/autonomia/emancipação (LISBOA, 1988; CAMACHO, 2008; 2014).

Mesmo que estes novos movimentos sociais não retirem a importância da necessidade de construção de uma consciência de classe e da ruptura desse modelo no embate contra o capital, enxergam a possibilidade de existência de relações de opressão que vão além da unidimensionalidade do embate clássico de assalariados *versus* capitalistas. É uma análise da realidade que não se faz pelo viés do marxismo ortodoxo. Estes movimentos construíram novas relações com o marxismo, inclusive incorporando a religiosidade como característica cultural de resistência à opressão capitalista. Como é o caso da Comissão Pastoral da Terra (CPT), que faz uma leitura do cristianismo a partir da

teologia da libertação, e luta ao lado do MST e de outros movimentos sociais do campo pela Reforma Agrária. Isto é possível porque os mesmos tem na radicalização do processo democrático uma meta a ser atingida (LISBOA, 1988; CAMACHO, 2008; 2014).

Em se tratando especificamente dos movimentos sociais ou socioterritoriais¹ camponeses, o fator predominante para o aumento desses movimentos, nas últimas décadas, são as próprias estruturas capitalistas historicamente excludentes. Estas, acarretam, conseqüentemente, uma luta por mudanças, seja pelo acesso a terra ou por melhores condições de trabalho. Lutas e reivindicações que possuem um caráter historicamente classista no campo brasileiro (CAMACHO, 2008). Tivemos lutas que marcaram as contradições de classe no campo brasileiro em diferentes épocas. Podemos sintetizá-las historicamente da seguinte maneira: Quilombos, Canudos, Contestado, Trombas e Formoso, Porecatu, movimentos grevistas nas fazendas paulistas de café, as Ligas Camponesas e, atualmente, o MST. Das lutas no campo destaca-se, anteriormente ao MST, o Movimento das Ligas Camponesas, que ocorreu no nordeste brasileiro, nas décadas de 1950 e 1960, e pode ser considerada como a primeira forma mais ampla de movimento social do campo. As ligas camponesas lutavam contra o processo de expropriação e de exploração por parte dos latifundiários, principalmente, da Zona da Mata nordestina (OLIVEIRA, 1999; CAMACHO, 2008; 2014).

Podemos dizer que o maior movimento social do campo brasileiro, hoje, é o MST. Este movimento social que nasce na década de 1980, no Rio Grande do Sul, luta pelo direito de acesso a terra por meio de ocupações nos latifúndios improdutivos, em forma de acampamentos, e luta também pela permanência na terra conquistada nos assentamentos. Nos acampamentos, o MST pressiona o governo para fazer a reforma agrária. Além disso, se utilizam de caminhadas até as capitais e de ocupações de repartições públicas, como o INCRA, numa forma de pressão ao governo. Sua maior atuação é no Centro-Sul do Brasil. Com relação à luta pela permanência na terra, após a conquista dos assentamentos, sua essência está na compreensão de que a luta não termina. No assentamento inicia-se a luta pela construção de cooperativas e de associações de produtores rurais, a fim de que consigam resistir enquanto camponeses no modo capitalista de produção, que busca sempre expropriá-los. O MST significa tanto a luta pela conquista da terra, como a luta pela resistência a reprodução do campesinato enquanto classe. Este é um marco de luta política para o Brasil e, de maneira geral, para a América Latina. Atualmente no Brasil a discussão acerca da reforma agrária passa, necessariamente, pela ação do MST. Ao contrário do que prega a ideologia dominante, a reforma agrária sem luta nunca foi possível no Brasil, daí a

¹ Porque tem o território como trunfo (RAFFESTIN, 1993; FERNANDES, 2005), vamos aprofundar este debate mais a frente.

importância dos movimentos socioterritoriais neste sentido (OLIVEIRA, 1999; CAMACHO, 2008; 2014).

O MST é o maior movimento que integra a Via Campesina. A Via Campesina é um movimento internacional que reúne milhões de camponeses, pequenos e médios agricultores, sem-terra, mulheres de agricultores, povos indígenas, migrantes e trabalhadores rurais de todo o mundo. Este movimento defende a agricultura sustentável de pequena escala, como forma de promover a justiça social e a dignidade. Ele se opõe a agricultura de empresas transnacionais que estão destruindo as pessoas e a natureza (agronegócio). A Via Campesina é composta por cerca de 164 organizações locais e nacionais em 70 países da África, Ásia, Europa e Américas. Ao todo, ele representa cerca de 200 milhões de agricultores. É um movimento autônomo, pluralista e multicultural, independente que foi fundado em 1993 em *Mons*, na Bélgica. (VIA CAMPESINA, 2013, tradução nossa).

Outro movimento importante que integra a Via Campesina no Brasil, é o MPA– Movimento de Pequenos Agricultores. Este é um movimento camponês, que tem um caráter popular e de massas. Sua base social é organizada em grupos de famílias nas comunidades camponesas. Esse movimento busca resgatar a identidade e a cultura camponesas na sua diversidade, dialogando com outros movimentos sociais em busca da construção de uma sociedade socialista (GÖRGEN, 2012). O MPA é um movimento socioterritorial que surgiu do interior do MST, não como uma dissidência, mas como um movimento com características distintas. Enquanto o MST tem a função principal de destruir territórios capitalistas e construir novos territórios, o MPA tem a função de auxiliar na permanência do campesinato nos seus territórios evitando que sejam destruídos pelo capital. Partindo desse aspecto, poderíamos pressupor que são movimentos que tem em sua essência a composição organizacional semelhante, mas as estratégias de reprodução, de fato, são distintas, além de parte da estrutura desse movimento ser diferenciada (CAMACHO; CUBAS, 2013).

Vemos na organicidade dos movimentos socioterritoriais (como MST e MPA) seis setores principais: Educação (Educação do Campo), Político e Ideológico (formação de líderes), Comunicação (a difusão da interpretação camponesa da realidade), Produção (cooperativismo e associativismo), Cultura (que permite a (re)produção da cultura camponesa) e Frente de Massas (Organização de mobilizações). Tanto o MST Nacional, quanto o MPA em Frederico Westphalen (FW), tem quatro pilares principais como base: organicidade (direção nacional e estadual), formação política (base), produção (organização produtiva) e a luta (manifestações e ocupações). É por meio desses quatro pilares fundamentais que se sustenta a lógica de atuação desses movimentos socioterritoriais. Essa luta está relacionada à resistência e manutenção da propriedade camponesa, com vistas à

produção de Alimentos e Energia no território camponês. Mas, também aparece fortemente no âmbito imaterial do próprio território, que é a disputa por políticas públicas que viabilizem o Plano Camponês². Além dessa disputa pelas políticas públicas, o MPA atua na tentativa de conscientizar essas famílias do processo destrutivo para o campesinato que é a reprodução da lógica capitalista, construindo outro modelo de produção para manter as características da pequena propriedade camponesa com objetivo focado para a Soberania Alimentar. (CAMACHO; CUBAS, 2013). O Plano camponês está assentado em dois pilares fundamentais: o primeiro é a garantia das condições para se viver no campo e o segundo são as condições para produzir no campo (GÖRGEN, 2012).

Este é um período da constituição de novos sujeitos sociais (mecanismos de reivindicação, discurso e formas de organização voltadas para luta pelo território e pela expansão do mesmo, do território para além da terra). O caso brasileiro remete ao aumento das disputas territoriais, da violência dos ruralistas contra os camponeses. A identidade de luta não é contra um novo inimigo, mas é, na verdade, as metamorfoses dos territórios capitalistas que se expandem com o discurso ideológico do moderno agronegócio. É necessário entendermos que esses movimentos possuem novas maneiras de se movimentar e lutar pelo território. A expansão das relações sociais não-capitalistas e as dinâmicas consequentes delas em contraste com a força do capital nos mostram que a América Latina está em disputa pela terra e pelas ideias (CAMACHO; CUBAS, 2013).

Nesta perspectiva, segundo Bernardo Mançano Fernandes (2005), o conceito de **movimentos socioterritoriais** está relacionado com a necessidade de produção de uma **teoria geográfica** para o estudo dos **movimentos sociais**. Tendo em vista que a sociologia não discute os processos de **produção/construção/transformação dos territórios** gerada pelos movimentos sociais, bem como a **destruição de territórios capitalistas** conseguida pela a ação dos movimentos sociais. Esses movimentos sociais produzem espaços sociais e transformam espaços em territórios. Entretanto, o autor faz questão de frisar que não estamos querendo criar, com a consolidação desse conceito, uma dicotomia entre os conceitos de movimentos sociais e de movimentos socioespaciais/socioterritoriais. Nem mesmo indicar a existência de dois sujeitos coletivos distintos. Na verdade, os dois conceitos dizem respeito aos mesmos sujeitos, o que muda, então, é apenas o olhar específico da ciência geográfica sobre o mesmo. Já que **o movimento social é uma categoria criada pela sociologia**, o que podemos fazer é transformá-lo num **conceito geográfico**. Podemos transformar uma categoria da sociologia num conceito geográfico a

² O projeto original é o “Plano Camponês de Desenvolvimento”. Esse Projeto surgiu após um longo debate em Brasília, feito entre integrantes do MPA e estudiosos do tema que foi realizada entre 2004 e 2006. Desembocou num estudo sobre o campesinato no Brasil e um plano propositivo para o desenvolvimento territorial rural (um dos pontos principais para esse desenvolvimento era a Organização de Produção desvinculada da lógica do agronegócio).

partir do momento em que esta não responde a indagação pertinente ao nosso objeto de estudo. Necessitamos, então, buscar explicações que sejam resolvidas pela ciência geográfica. Em nosso caso a pergunta geográfica é: como ocorre o processo de **produção dos territórios pelos movimentos sociais**? Esta é uma questão cuja resposta diz respeito ao interesse dos geógrafos. Neste sentido, se as relações sociais e as ações dos sujeitos ocorrem no **espaço geográfico** ou num **território**, se torna de fundamental importância para as ciências humanas em geral e, principalmente, para a Geografia, entender a construção/modificação dos espaços e dos territórios pelos movimentos sociais.

De acordo com Bernardo Mançano Fernandes, podemos nomear de movimentos socioterritoriais aqueles movimentos que tem o **território como trunfo** e, principalmente, quando o **território é essencial para a reprodução material e simbólica** dos sujeitos que estão lutando. Porque “[...] **os movimentos socioterritoriais têm o território não só como trunfo, mas este é essencial para sua existência.** [...]”. (FERNANDES, 2005, p. 21, grifo nosso). Como é o caso, no campo, dos camponeses, indígenas, quilombolas, ribeirinhos etc. que não se reproduzem, enquanto classe ou grupo social, sem o seu território. Por isso, Ruy Moreira (2012)³ tem denominado estes sujeitos da vanguarda revolucionária latino-americana de **classes territoriais**.

Os sujeitos que constroem estes movimentos socioterritoriais são dotados de **identidade territorial**⁴. Pois, a luta pelo território passa, necessariamente, além da busca pela manutenção material de sua classe, pela valorização simbólica desse território. Tendo em vista que não existe nenhum território que não tenha algum tipo de **valorização simbólica** desse espaço pelos seus habitantes. Toda a dinâmica de construção **identitária** desses sujeitos se dá de modo inerente ao território apropriado pelos mesmos (HAESBAERT, 2007).

Os sujeitos dos movimentos socioterritoriais, ou as classes territoriais, têm a necessidade de lutarem pela **conquista e o controle territorial** para continuarem existindo. Se formos pensar esses movimentos sociais “**no campo e na floresta, os movimentos socioterritoriais são predominantemente movimentos camponeses, movimentos camponeses-indígenas e movimentos indígenas em luta pela terra e pelo território.** [...]”. (FERNANDES, 2005, p. 22, grifo nosso).

³ Informação Verbal: Aula Magna - Tema: “Século XXI – Final dos Tempos e o Destrutivismo Imanente da Sociedade do Capital: Desafios Epistemológicos para a Geografia e Necessidades Emancipatórias”. Data: 28/03/2012. Local: UNESP – Campus de Presidente Prudente.

⁴ O autor afirma a existência de **identidades territoriais** tendo em vista que “[...] **toda identidade territorial é uma identidade social**, ou seja, dentro de uma relação de apropriação que se dá tanto no campo das ideias quanto no da realidade concreta, o espaço geográfico constitui assim parte fundamental dos processos de identificação social [...]” (HAESBAERT, 1999, p. 172, grifo nosso).

A possibilidade de pensarmos o território como um **trunfo** vem das interpretações sobre o território de Claude Raffestin (1993). O trunfo pode ser entendido, segundo Aurélio Buarque de Holanda em seu dicionário de Língua Portuguesa, como sendo a “vantagem que permite ou propicia a vitória em luta, discussão, negócio, etc.”. Por esta definição vemos a importância do território para as disputas que ocorrem no campo. Assim, não obstante todos os movimentos sociais necessitem do espaço para se reproduzir, apenas para alguns o território é um trunfo. Esta é a diferença entre os movimentos que são apenas sociais ou socioespaciais e os movimentos que são socioterritoriais (FERNANDES, 2005).

Claude Raffestin, ao discutir os **trunfos do poder**, considera como trunfos do poder: a população, os recursos naturais e o **território**. Mas, diz que, dentre os trunfos do poder, o território tem uma particularidade, por conter diversas dimensões e ser um espaço político, por isso, **espaço de disputa** de trunfos também. Em suas palavras: “[...] **o Território é um trunfo particular, recurso e entrave, continente e conteúdo, tudo ao mesmo tempo. O território é o espaço político por excelência, o campo de ação dos trunfos.** [...]”. (1993, p. 59-60, grifo nosso). O autor cita que em vários momentos da história, o território, pela sua particularidade de conter diversos trunfos e ser campo das ações, foi o trunfo mais visado, dando como exemplo o período de exploração das colônias pelas nações europeias. Em suas palavras: “[...] com muita frequência, o espaço reproduzido foi o trunfo mais visado. A história colonial está repleta dessas peripécias: interrupções, capturas, desvios, ocupações etc. [...]”. (RAFFESTIN, 1993, p. 217).

Corroborando com nossa reflexão, para Marcelo Lopes de Souza, os movimentos sociais possuem **práticas** de lutas que são **espaciais**, bem como suas ações de **resistência**, são ações de **territorialização**. Em suas palavras, os:

[...] verdadeiros movimentos sociais e emancipatórios, ambiciosos e dotados de um poderoso horizonte crítico. Se examinarmos suas práticas, veremos que muitas ou quase todas são, em sentido forte, **práticas espaciais**; se examinarmos suas **ações de resistência**, verificaremos que elas são, quase sempre, também **ações de territorialização**. [...] (2009, p. 67).

Podemos considerar que o **MST é um movimento socioterritorial territorializado**, pois além de lutar pela conquista de um território, tem a capacidade de organização em rede, por isso, constroem nessa luta territórios relacionais/fluxos/móveis/descontínuos⁵, com estratégias e ações políticas que ultrapassam o nível de escalaridade local. Esses territórios, por serem formados em rede, têm como características: a mobilidade, a fluidez e a

⁵ Para Bernardo Mançano Fernandes, o **território relacional** pode ser considerado como o “terceiro território”. Sendo este território “[...] formado por diferentes espaços que são controlados por relações de poder. Estes são territórios fluxos ou móveis controlados por diferentes sujeitos e são produzidos nos territórios fixos do primeiro e do segundo território”. (FERNANDES, 2008, p.8).

descontinuidade. Mas, os movimentos socioterritoriais, também, produzem territórios fixos⁶, como os **assentamentos camponeses**, as pequenas propriedades camponesas, as aldeias indígenas, os territórios quilombolas etc., **desterritorializando o capital** nestes espaços que são apropriados materialmente e culturalmente por estes sujeitos (FERNANDES, 2005).

Ainda, para Bernardo Mançano Fernandes, os movimentos socioterritoriais, como o MST, produzem a sua territorialização a partir da **espacialização**⁷ de suas ações, construindo, assim, uma relação interativa de espacialização e territorialização. Neste sentido, o processo de luta do MST pela reforma agrária, constrói o que podemos denominar de **espacialização e territorialização do movimento**. Ou seja, “[...] as caminhadas e marchas são formas de manifestação política produzidas na espacialização e produtoras de espacialidades”. (FERNANDES, 2000, p. 291).

Os movimentos socioterritoriais realizam a ocupação através do desenvolvimento dos processos de **espacialização e territorialização** da luta pela terra. **Ao espacializarem o movimento, territorializam a luta e o movimento**. Esses processos são interativos, de modo que espacialização cria a territorialização e é reproduzida por esta. (2000, p. 290, grifo nosso).

Desta maneira, para a conquista do processo de territorialização (territorialização efetiva/conquista do assentamento), os movimentos socioterritoriais constroem **espaços políticos**. E ao se territorializarem, ao conquistarem o assentamento, destroem outros territórios, como o território capitalista do latifúndio improdutivo ou do agronegócio. Neste caso, o capital é desterritorializado pela ação de um movimento socioterritorial, como o MST. E a **recriação do campesinato** ocorre por meio da luta pela terra.

[...] Os movimentos socioterritoriais para atingirem seus objetivos constroem **espaços políticos**, espacializam-se e promovem espacialidades. A construção de um tipo de território significa, quase sempre, a destruição de um outro tipo de território, de modo que **a maior parte dos movimentos socioterritoriais forma-se a partir dos processos de territorialização e desterritorialização**. (FERNANDES, 2005, p. 21, grifo nosso).

⁶ Fixos, mas também, multidimensionais e multiescalares.

⁷ O que estamos denominando de espacialização em nossa análise é o mesmo que Marcelo Lopes de Souza tem denominado de **territórios dissidentes**. Estes territórios são resultado de **territorializações intermitentes ou cíclicas dos movimentos sociais**, pois ocorrem em uma **escala temporal de curta duração**. Para o autor, essas **práticas espaciais insurgentes de resistência**, a ocupação de propriedades, bloqueio de rodovias etc. formam esses **territórios dissidentes**. Em suas palavras: “[...] Essas ações de territorialização, porém, se concretizam em uma **escala temporal de curta ou curtíssima duração**, e são sempre marcadas, como é óbvio, pela instabilidade, às vezes pelo confronto violento com o Estado: é o que ocorre como **um prédio ou terreno ocupado por uma organização de sem-teto**, que as pessoas estão expostas a um risco de despejo e de sofrer agressões; é o que acontece, também, com **uma rua ou uma estrada bloqueada por piqueteros ou sem-teto**. Esses **territórios dissidentes**, expressões de **práticas espaciais insurgentes**, são, assim como os “territórios móveis” de Robert Sack (1986, p. 20) e aquilo que eu chamei de **“territorialidade cíclica”** (Souza, 1995, pp. 88-9), [...]”. (2009, p. 67, grifo nosso).

Da fase do **acampamento** até a conquista do **assentamento**, onde ocorrem às **marchas pelas estradas, marchas nas cidades, ocupações de prédios públicos**, etc. temos a **espacialização** das lutas, que culmina, por sua vez, na conquista do assentamento. O assentamento, então, resulta na **territorialização** do movimento. É nesse momento que o campesinato tem a possibilidade de construir um território com a sua identidade, que vise a sua produção/reprodução material e simbólica. Como explica Bernardo Mançano Fernandes: “[...] **o acampamento é a luta pela terra. Entre o tempo de acampamento e a conquista do assentamento (que configura a territorialização), desenvolve-se a espacialização.** Uma forma é por meio das romarias e ou das marchas”. (2000, p. 296, grifo nosso).

Rosemeire Aparecida de Almeida (2006), também, nos ajuda a compreender esse processo dialético gerado, ao mesmo tempo, gerador do movimento socioterritorial camponês, MST. A autora afirma que é justamente esse processo de territorialização do MST que o diferencia de outros movimentos sociais. E explica cada uma das formas de luta do MST que compõe o seu processo de **espacialização**. A forma mais marcante que compõe a espacialização da luta do MST é o **acampamento/ocupação**. Marcado visualmente na paisagem pela presença das barracas de lona na beira das estradas, a ocupação ocorre em imóveis com indícios de devolutividade e de improdutividade. A organização para a ocupação é feita da seguinte maneira pelo movimento:

[...] de forma geral, a direção estadual faz o levantamento da matrícula dos imóveis da região com indícios de devolutividade e também de improdutividade, em seguida, os dados são repassados aos setores, para que seja feita a vistoria, isto é, a verificação em *locus*. Por sua vez, um grupo de militantes, geralmente o setor da Frente de Massa, percorre a região, contatando trabalhadores rurais sem terra. O passo seguinte é organizá-los em grupo, visando à criação de um espaço de diálogo a fim de prepará-los para as regiões de ocupação. (ALMEIDA, 2006, p.143).

A ocupação de terras cria um fato político que chama a atenção da sociedade em todas as esferas, na mídia, na academia e no Estado. Este último é o que entra em confronto direto com os movimentos socioterritoriais por meio da polícia militar. Vejamos o que diz Als, militante do Movimento dos Pequenos Agricultores, a respeito disso:

Quando a gente faz lá uma **ocupação** de uma determinada área, primeiro a **mídia** especula para ampliar o seu consenso, depois a **academia** também especula *pra* poder criar o seu consenso, quando somente pelo consenso o **Estado** não consegue nos expurgar da área, aí ele manda seu braço da **coerção**... o choque, a cavalaria, com bombas de gás lacrimogêneo. (Entrevista na ENFF, Jul. 2010).

A ocupação de terra é um ato **radical**, todavia, para os contrários aos movimentos socioterritoriais camponeses o radicalismo significa um ato ilegal e violento. No entanto, para o MST, este radicalismo significa atacar a raiz do problema diretamente. Com relação a esta perspectiva do Movimento, MC, militante do MST/ES e estudante do CEGeo, nos explica: “[...] quem não defende nós, acha que a ocupação de terra é uma ocupação **radical**, e pra nós é mesmo, você **ocupar um latifúndio improdutivo** no Brasil [...] tem que ser um ato de **radicalismo**, e a ocupação [...] é um ato radical, não deixa de ser”. (Entrevista na UNESP, Jan. 2011).

O militante do MST-SP, Mrc, e estudante do CEGeo, nos conta sobre uma experiência ocorreu na região de Promissão no estado de São Paulo. Relata que nesta região se formou o maior acampamento do estado de São Paulo (acampamento da Fazenda Jangada) que foi responsável por consolidar o MST no estado. Nesta região também, está o maior assentamento do estado de São Paulo, o assentamento Reunidas.

A luta na minha região ela também teve, digamos assim, teve o seu auge no final da década de 80, com grandes mobilizações lá na região de Promissão mesmo, uma grande ocupação, um **grande acampamento com mais de 600 famílias**. E ali foi sendo transformado em assentamento por volta dos anos de 1988. Foi desapropriado um grande latifúndio de mais de 17000 hectares que hoje **tem o maior assentamento do estado de São Paulo**, né, que é o **assentamento Reunidas**, com 637 famílias assentadas. Depois dessa ocupação e do assentamento dessa fazenda Reunidas, impulsionou grandes lutas na minha região. A minha região foi uma região que aconteceu **o maior acampamento do estado de São Paulo**, que é o **acampamento da Fazenda Jangada em Getulina**, né, na cidade de Getulina, onde mais de 3000 famílias ocuparam a área. Foi um processo muito rico de experiência, e um processo que a gente costuma dizer que **consolidou o MST aqui em São Paulo**, aquela ocupação é a ocupação que de fato consolida o MST aqui em São Paulo. [...]. Então a minha região ela tem essa característica, ela não é, digamos assim, não é as primeiras a realizarem a luta de retomada pela terra no estado de São Paulo, mas foi uma das mais importantes. [...] Então a minha região foi um dos berços do MST no estado de São Paulo, hoje ela tem mais ou menos umas 1300 famílias assentadas, e a luta continua, né, temos mais ou menos umas 400 famílias acampadas. (Entrevista na UNESP, Jan. 2011).

Segundo Rosemeire Aparecida de Almeida (2006), juntamente com o acampamento à beira da estrada há outras estratégias de espacialização marcantes do MST. Estas formam um conjunto de formas coletivas de mobilização e manifestação que não se separam umas das outras, se integrando a uma totalidade interdependente de ações onde uma influencia a outra ou, mesmo, culmina em outra. Segundo a autora essas ações são as seguintes: **ocupações de propriedades rurais, públicas ou privadas; romarias e caminhadas; bloqueio de estradas; acampamentos em locais públicos; ocupações de órgãos públicos; grandes celebrações religiosas; assembleia em locais públicos; festas comemorativas de eventos; recuperação de alimentos.**

Estas práticas espaciais visam à conquista do assentamento, ou mesmo a permanência nele. Por isso, este é um processo histórico de conquista do **chão de morada**, sinônimo de terra conquistada e livre (ALMEIDA, 2006). Segundo GB, militante do MST/SC e estudante do CEGeo, o assentamento é um espaço que garante a continuidade da **militância**: “Nós entramos como todo mundo, com o intuito de ganhar terra, e *ganhamo*, conquistamos, eu e minha família toda e eu... eu acho que o assentamento propicia que a gente tenha **espaço de militar** porque é sempre convidado, chamado *pra* luta, né”. (Entrevista na UNESP, Jan. 2011).

O militante do MST Mrc relata que, apesar desta experiência não existir mais, o MST da região de Promissão/SP desenvolveu uma experiência de organização de assentamentos bastante importante na década de 1990. O assentamento Reunidas⁸ (maior assentamento do estado de São Paulo e segundo maior do Brasil) contava com refeitório, rádio comunitária, ciranda infantil, escola, campo de futebol, cooperativa etc. Em suas palavras, o MST da região de Promissão...

[...] desenvolveu na década de 90 uma das mais interessantes experiências de cooperação nas áreas de assentamentos de reforma agrária, com **cooperativa**, com **refeitório coletivo**, com **rádio comunitária**, com **ciranda infantil** onde os pais iam trabalhar e as crianças ficavam na ciranda, uma **escola**, **campo de futebol**, estrutura de jogos, enfim, mas depois por uma série de questões, contradições internas e externas, acabou minando essa iniciativa, mas deixou uma experiência positiva *pro* Movimento avançar em outras partes, né. (Entrevista na UNESP, Jan. 2011).

Outra experiência importante construída pelo MST, diz respeito à criação das **comunas da terra**. São assentamentos próximos a cidade, com outra dinâmica. Estabelecendo assim uma relação mais integrada com a cidade. É o que nos relata o militante do MST Vd da região de Ribeirão Preto/SP, assentamento Mário Lago.

Lá [assentamento Mário Lago] tem uma diferença um pouco dos outros assentamento porque é uma **comuna da terra**, e a comuna ela tem umas característica que é diferenciada dos outro assentamento [...]. Geralmente, o assentamento [comuna] é próximo ao grande centro urbano né, *pra* você ter um fácil acesso *pra* escoar a mercadoria. Os lotes são menores, mas como você tem um mercado próximo você não precisa ter um lote grande, né, e o estilo de produção você (muda) na questão de hortifrutigranjeiro, né, tudo que se produz consegue vender fácil porque o comércio da cidade

⁸A fazenda "Reunidas" foi desapropriada pelo Governo Federal em Junho de 1986. Em Março de 1.988 começaram a entrar na Fazenda as 607 famílias inscritas e selecionadas de 16 municípios da região. O Reunidas conta com um número de 05 Escolas Estaduais, que atendem crianças de 1.a a 4º. Série e uma escola de 2º. Grau. Há também 02 postos de saúde, que recebem visitas semanais de médicos e dentistas. Alguns Dados: 20 milhões de litros de leite por mês; 40 mil caixas de legumes/ano; 500 mil sacas de cereais/ano; 5 mil caixas de frutas/mês (CÂMARA MUNICIPAL DE PROMISSÃO, 2012).

... você tem bastante área *pra* se comercializar. Em Ribeirão [Ribeirão Preto/SP] que produz só 5%, 8% do que consome a cidade, né, então tudo vem de fora no Ceasa, então como a gente consegue produzir um pouco dentro daquela área, o que a gente consegue produzir a gente vende tudo. E os programas de governo hoje também ajuda bastante, que é o PAA, doação simultânea, a (compra) direta, banco de alimento, merenda escolar [...]. (Entrevista na UNESP, Jan. 2011).

Com relação a comuna da terra, Antonio Thomaz Junior afirma que esta forma de organização territorial traz outra perspectiva de luta que tenta dialogar de maneira dialética com os movimentos sociais urbanos a fim de romper com a dicotomia campo-cidade para a construção de um projeto político revolucionário envolvendo todas as classes subalternas. Em suas palavras:

[...] o MST também direciona ações para os centros urbanos, não somente restritas à política de arregimentação, por meio do coletivo da Frente de Massa, mas na organização de assentamentos que possam cumprir outros papéis e não exclusivamente a produção de alimentos, como é o caso das Comunas da Terra, experiência em implementação nas proximidades da Região Metropolitana de São Paulo. (THOMAZ JUNIOR, 2009, p.166).

A disputa com o agronegócio na região de Ribeirão Preto é complexa, tendo em vista que a mesma é considerada como a **capital do agronegócio**, principalmente, do setor sucroalcooleiro. Os movimentos socioterritoriais estão com dificuldades de conseguir retirar do capital e conquistar ainda 9000 hectares de terras devolutas que estão cobertas pela cana. Assim, o assentamento Mário Lago foi à única conquista do MST em Ribeirão Preto.

[...] o Movimento conseguiu fazer um assentamento dentro de Ribeirão Preto, por toda a fama que ela tem de **capital do agronegócio** e conseguiu uma área lá dentro, não é fácil. Inclusive foi a única, nunca mais a gente conseguiu uma área igual aquela ou próxima daquela em Ribeirão, hoje tá difícil *pra* caramba ali. Por mais que a gente sabe que tem **9000 hectares** em Ribeirão Preto de área que pertence ao Estado, mas você não sabe onde que é, porque é um **mar de cana**. Teria que achar essas áreas. (Vd, UNESP, Jan. 2011).

Outra experiência de assentamento é relatada pelo militante do MST, En. O mesmo mora no assentamento Franco Duarte, município de Jequitinhonha/MG. Esse assentamento possui uma diversidade de elementos em sua composição. Tem uma grande **reserva florestal** de 3.500 hectares, uma **agrovila** e um sistema de exploração **coletiva** na chapada a 1200 metros de altitude que remete ao sistema de exploração tradicional camponesa na região. Nesta parte, funciona um sistema de **extrativismo** de madeira e frutos e é onde se cria o gado. O assentamento foi criado na beira do rio Jequitinhonha que possibilita a construção de um sistema de irrigação, tendo em vista que o clima da região é o semiárido.

O nosso assentamento hoje, de certa forma, é novo, né [7 anos]. [...] temos uma área que era de **7630 hectares**, né, é o total da área, né, mais de 3500 ficaram *pra reserva florestal, áreas de preservação permanente*, e as outras 3000 e poucas hectares, umas 3200 foram divididas entre as 93 famílias, né. E entre essas, nós dividimos também quatro tipos de área. Então, nós preferimos morar em agrovila, não é bem agrovila, mas moramos em proximidade *pra não se distanciar, se esparramar no meio das 3000 e poucas hectares*. Então, nós montamos as casas, o local de moradia próximos um ao outro e onde cada uma, cada família tem mais ou menos oito hectares e trabalham ao redor de sua casa. E, além disso, nós temos duas áreas que são *pra exploração coletiva na Chapada*, que é um assentamento que tem na altitude bem diferenciada, né, a parte da altitude chega a dar **1200 metros de altitude** enquanto que a parte baixa dá em torno de 500 metros de altitude, então a diferenciação é de 700 metros no assentamento. Então, essa parte de chapada é *pra exploração coletiva*, seguindo um pouco a ***lógica tradicional das famílias do Jequitinhonha***, que é a parte de chapada, a ***área de mata, onde se tira a madeira, se tira frutos, se cria o gado...*** [...] e também quando nós fizemos nosso assentamento, faz margem com o Jequitinhonha, temos vinte hectares por núcleo, né, mais ou menos em média de um hectare por família, *pra exploração coletiva também na beirada do rio onde poderá se fazer*, e alguns já tão fazendo já, o caso nosso grupo lá, a exploração com irrigação, como é uma região semi-árida, né. (Entrevista na ENFF, Jul. 2010).

Portanto, consideramos estes educandos-camponeses que estudaram no Curso Especial de Graduação em Geografia, por serem militantes dos movimentos socioterritoriais camponeses, vivenciaram na prática os processos de espacialização e de territorialização do Movimento.

Os Movimentos Socioterritoriais Camponeses na Universidade

As experiências de Educação do Campo que estão sendo desenvolvidas a partir do PRONERA permitem que visualizemos duas características principais: a primeira é o ***protagonismo dos movimentos socioterritoriais na elaboração de uma política pública*** que visa à construção de uma nova visão sobre o campo e a segunda é a ***produção de conhecimentos pelos próprios movimentos camponeses*** (MOLINA, 2004). Isto é que Roseli Salete Caldart (2004) tem denominado de o movimento social enquanto ***sujeito educativo*** ou ***sujeito pedagógico***. Corroborando neste sentido, o educando-militante Mrc vai dizer que

os movimentos sociais também são produtores de conhecimento, e boa parte do que é pesquisado hoje na universidade é referente aos movimentos sociais [...]. O ***Movimento por si só ele é um grande Movimento irradiador de uma espécie de educação popular, seja na alfabetização pura e simples mesmo, ou seja, na interpretação, na leitura do mundo diferenciada, no engajamento político, em questões sociais***. Não é só o estudo formal, em sala de aula, mas o Movimento proporciona espaços de formação, de encontros, de reuniões, que acabam

sendo processos formativos e informativos de educação também, né. (UNESP, Jan. 2011).

De acordo com Mônica Castagna Molina (2004), outra grande contribuição do PRONERA tem sido o fato de que as práticas pedagógicas que estão sendo desenvolvidas com o apoio do PRONERA possibilitaram a reinserção do campo na agenda de **pesquisa das universidades públicas brasileiras**. Existem dezenas de trabalhos que estão sendo desenvolvidos no Brasil inteiro sobre as práticas educativas que estão sendo executadas pelo PRONERA. Práticas envolvendo estudantes-camponeses, professores-camponeses e os institutos e universidades conveniadas. Dentre estes trabalhos, incluem-se iniciações científicas, dissertações e teses em diversas áreas do conhecimento.

De maneira dialética, portanto, ao mesmo tempo em que a luta dos movimentos camponeses inseriu o PRONERA na universidade, tendo como proposta a construção de um outro modelo de desenvolvimento, por sua vez, a universidade, por meio de sua produção do conhecimento formal, auxilia para pensarmos o papel do campo na construção desse outro modelo de desenvolvimento para a sociedade. A contribuição da produção acadêmica neste sentido se dá por meio da geração de informações relacionadas com o debate que apontem a intencionalidade teórica-política-ideológica a favor dos movimentos camponeses.

A universidade, enquanto representação de uma instituição estatal, é a materialização de um território em disputa entre as classes sociais. A relação dos movimentos socioterritoriais com professores-educadores comprometidos com a transformação social tem permitido a efetivação da Educação do Campo no nível superior. A primeira consideração que nasce dessa relação é a transformação do conhecimento que a universidade produz, redimensionando-o na perspectiva do atendimento das necessidades concretas dos sujeitos sociais e da superação do capitalismo (MICHELLOTTI *et al.*, 2010; CAMACHO, 2014).

O PRONERA é a demonstração de que somente se desenvolve políticas públicas inclusivas e socialmente justas se referenciadas pelos movimentos socioterritoriais. A Educação do Campo está se concretizando como um espaço da luta social, construindo um conhecimento emancipatório **elaborado coletivamente no conflito** (tensionamentos) **e no diálogo** (JESUS, 2004; CAMACHO, 2014). Esta realidade social vivida e construída pelos sujeitos coletivos possibilita um fazer científico com sentido político transformador, tanto para a academia quanto para o Movimento Social (SOUZA; BELTRAME, 2010). Neste sentido, para Mônica Castagna Molina (2004), a Educação do Campo significa a conquista de um novo espaço de **produção de conhecimento alternativo ao modelo hegemônico**, propiciando a **construção de um novo paradigma de produção do conhecimento**. Nos cursos de graduação do PRONERA, existe uma relação direta entre a universidade e os

movimentos socioterritoriais. Pois, a perspectiva do programa é que os movimentos camponeses participem na concepção, execução e avaliação dos projetos. É neste contexto que ocorrem os tensionamentos entre os movimentos socioterritoriais e a universidade. Estes tensionamentos fazem parte do processo de modificação tanto da universidade quanto dos movimentos socioterritoriais (MOLINA, 2004).

Com relação ao CEGeo, o professor-orientador e supervisor Clifford Andrew Welch, em uma entrevista concedida em setembro de 2011, afirma que esta parceria Universidade-Movimentos foi conquistada com dificuldades desde a aprovação do Curso até a falta de infraestrutura encontrada para abrigar os estudantes durante o período de férias da universidade.

Dessa relação de tensionamentos estabelecidos entre os movimentos sociais e a universidade têm surgido resultados significativos para o processo de construção do conhecimento. Quando os movimentos sociais se relacionam com a universidade, estes trazem outra lógica de se relacionar com o saber. Esta forma de conhecimento crítico intrinsecamente ligado à realidade ajuda a construir uma postura teórica-política-ideológica comprometida com a transformação social. Ao contrário da forma de produção de conhecimento que impera na academia baseado num aprofundamento de um saber técnico e neutro, desvinculado com a realidade e descomprometido política-ideologicamente com a superação das relações de dominação existentes. Os movimentos sociais trazem para a universidade a formação de valores necessários para a ruptura com o conhecimento científico produzido de maneira burocrática e desvinculado das lutas sociais (MOLINA, 2004).

Esta prática da interinstitucionalidade engendrada pelo PRONERA tem contribuído para um processo de reinvenção da universidade pelos movimentos socioterritoriais. O resultado é a construção de uma educação pública de melhor qualidade. A parceria com o MST introduz na universidade a presença da **pedagogia da luta social**. Sendo que a mesma auxilia, dialeticamente, na reprodução dessa pedagogia que tem como princípio a educação dos militantes sem terras a partir da **terra**, do **trabalho** e da **cultura** (FOERSTE; SCHÜTZ-FOERSTE, 2004). A participação desses novos sujeitos na academia faz com que sejam questionadas as práticas tradicionais e se propõe a constituição de novos saberes mais emancipatórios. No caso da formação dos professores Sem Terra, os mesmos trazem seus saberes construídos na luta pela terra. Assim, “[...] com uma **valorização de seus saberes construídos na luta pela terra**, tensionam-se práticas tradicionais e dilatam-se tempos-espaço na perspectiva da **construção de novos saberes** [...]”. (FOERSTE; SCHÜTZ-FOERSTE, 2004, p. 224, grifo nosso).

Estes tensionamentos fruto da presença dos educandos-assentados da Reforma Agrária e dos militantes dos movimentos socioterritoriais nos cursos superiores do

PRONERA têm provocado mudanças significativas tanto dentro dos movimentos socioterritoriais quanto nas universidades que são parceiras (ANDRADE; DI PIERRO, 2004; MOLINA, 2004). Nas palavras de Roseli Salete Caldart: “Os sujeitos de ambos têm se educado reciprocamente”. (*apud* MOLINA, 2004, p. 80).

No que concerne aos tensionamentos existentes entre os movimentos sociais e a universidade temos como exemplo o enfrentamentos entre os professores universitários e os educandos no que concerne a matriz curricular. Os movimentos socioterritoriais tensionam as universidades para que assimilem uma nova visão do campo e da relação campo-cidade. Outro ponto de tensão entre os movimentos socioterritoriais e a universidade diz respeito à escolha dos professores para lecionar as disciplinas. As universidades têm seus próprios quadros de professores, mas os movimentos têm, também, seus intelectuais-militantes. Assim, ocorre um tensionamento no momento da seleção do quadro de professores que vão lecionar as disciplinas onde, na maioria das vezes, a composição do quadro de professores ocorre de maneira a mesclar professores da universidade e intelectuais orgânicos dos movimentos socioterritoriais⁹ (ANDRADE; DI PIERRO, 2004).

Corroborando neste sentido, Maria Isabel Antunes-Rocha *et al.* (2010) afirmam que neste conflito e diálogo entre universidade e movimentos socioterritoriais, fruto da participação coletiva do cotidiano pedagógico, temos como resultado a aquisição de conhecimentos que vão capacitar os sujeitos tanto para exercer uma profissão, quanto para sua organização social e participação para intervenção na realidade. Os cursos superiores do PRONERA são espaços de acesso a um capital social para os camponeses-militantes que já participam de experiências associativas em igrejas, sindicatos e movimentos populares que, na maioria das vezes, trazem em sua história biográfica características de liderança, habilidade oral e desenvoltura nos espaços públicos. Os cursos possibilitam o desenvolvimento de novas habilidades cognitivas e articulam aspectos subjetivos, emocionais e afetivos dos sujeitos por meio da criação de novas formas e espaços de socialização/sociabilidades.

Esta prática pedagógica privilegia a construção coletiva, o diálogo como ferramenta de constituição do discurso e das ações, considerando a capacidade que os sujeitos têm para tomar decisões, planejar e orientar suas ações. Nesta experiência, os sujeitos aprendem, incorporam **hábitos e habilidades** do modo de agir coletivo. A participação em assembleias, em reuniões, a participação ativa em sala de aula fazem parte da rotina da vida coletiva. A responsabilidade de gestão, de tomada de decisão e de organização do espaço educacional é compartilhada com os sujeitos-educandos, gerando comportamentos e condutas novos e mais críticos (ANTUNES-ROCHA *et al.*, 2010).

⁹ Um exemplo foi à participação de João Pedro Stédile, um dos maiores intelectuais orgânicos do MST e da Via Campesina, no Curso Especial de Graduação em Geografia.

Os Movimentos Socioterritoriais Camponeses e o Curso Especial de Graduação em Geografia (CEGeo)

É na perspectiva dos movimentos socioterritoriais camponeses que podemos pensar a lógica que permeou o Curso Especial de Graduação em Geografia para Assentados (CEGeo) na FCT/Unesp de Presidente Prudente - SP (convênio INCRA/PRONERA/ENFF). Este curso teve como metodologia a Pedagogia da Alternância, onde se alterna o Tempo Escola (TE) com o Tempo Comunidade (TC). Nos meses de Janeiro e Fevereiro os educandos ficavam o Tempo Escola na UNESP – Presidente Prudente/SP- e em Julho e Agosto, ficavam o Tempo Escola na Escola Nacional Florestan Fernandes – Guararema/SP.

O curso de Geografia da FCT/UNESP, através da resolução UNESP n. 6/87, oferece duas opções aos estudantes ingressantes: a Licenciatura e o Bacharelado. A licenciatura confere a habilitação para exercer a profissão de professor de Geografia para o ensino fundamental e médio. O registro profissional é obtido por meio do MEC. O bacharelado confere a habilitação ao estudante para exercer a profissão de geógrafo. O registro profissional é obtido junto ao CREA. Com a intenção de relacionar o bacharelado, a licenciatura e a especificidade da Educação do Campo, então, o Curso de Especial de Graduação em Geografia inclui, além da estrutura do Curso Regular, alguns componentes curriculares que se remetem aos objetivos dos cursos superiores do PRONERA, bem como à demanda dos movimentos socioterritoriais camponeses. Além, da alternância entre tempo-escola e tempo-comunidade, os componentes curriculares específicos foram: Desenvolvimento Territorial Rural e Alternativas Produtivas para o Campo Brasileiro; Geografia dos Movimentos Sociais; Políticas Públicas e Direito Agrário; Trabalho de Campo: a relação cidade-campo e a processualidade sociocultural (UNESP, 2005).

Os conhecimentos adquiridos no bacharelado e licenciatura objetivaram formar Geógrafos e Professores que auxiliem no desenvolvimento territorial de sua comunidade, formando professores e geógrafos militantes dos movimentos socioterritoriais. Seus educandos, em sua maioria, eram/são integrantes dos movimentos camponeses ligados a Via Campesina: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), Movimentos dos Atingidos por Barragens (MAB), Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) e Pastoral da Juventude Rural (PJR). A partir de trabalho de campo na UNESP e na Escola Nacional Florestan Fernandes pudemos enxergar que os estudantes-militantes dos movimentos socioterritoriais camponeses entendem que o curso de geografia lhes auxiliam em vários aspectos em suas lutas, entre eles, podemos citar: permite visualizar as disputas territoriais entre o campesinato e o agronegócio; qualificar o

debate contra o agronegócio; entender as contradições do desenvolvimento do capitalismo no campo; compreender as relações naturais e sociais dos territórios camponeses etc.

Sendo assim, na perspectiva de entendermos, na prática, como essa relação movimentos socioterritoriais/universidade ocorreu no CEGeo, conversamos com a Coordenadora Pedagógica do setor de educação do MST, Mr, que relatou as suas perspectivas acerca do curso, como visualiza a relação dos movimentos com a universidade, seus diálogos/tensões, troca entre saberes técnicos-científicos/populares e perspectivas futuras. A Coordenadora Pedagógica do CEGeo, que representa os movimentos socioterritoriais na Coordenação Político-Pedagógica do Curso, é uma pedagoga que pertence ao setor de educação nacional do MST pelo estado de São Paulo.

[...] a própria presença, vamos dizer assim, dos **movimentos na universidade**, esse era um desafio muito grande que nós não sabíamos no início como lidar [...] e a turma também desempenhou na trajetória do curso um papel importante [...] tentar, vamos dizer assim, fazer esse contato necessário, né, e fundamental, aí com essa **realidade acadêmica**, com os estudantes, enfim, com essa **relação mais interna na universidade**. [...]. (Entrevista na ENFF, Jul. 2011).

Estabelecer a relação entre os movimentos socioterritoriais e a universidade é o grande diferencial deste curso com relação aos demais. Trazer a luta política e a organização dos movimentos para dentro da universidade foi um dos objetivos do CEGeo. Em outras palavras:

[...] **é um curso diferenciado porque ele traz a experiência da luta política dos movimentos pra dentro da universidade**, eu acho que esse talvez é um elemento importante no sentido de que essa dimensão, vamos dizer assim, **da luta, da organização política**, ela também precisa tá presente na universidade [...]. E essa construção também da universidade, **pra nós**, em especial, **pros movimentos**, ela é muito significativa, né, no sentido da gente tentar socializar um pouco, vamos dizer assim, as experiências dos movimentos, assim, com a própria **realidade acadêmica**, com a universidade [...]. (Mr, entrevista na ENFF, Jul. 2011).

Do ponto de vista de se pensar mais especificamente como os conhecimentos científicos–geográficos influenciaram/influenciam na qualificação da luta dos movimentos socioterritoriais contra o agronegócio, vamos ouvir o argumento de uma liderança da coordenação nacional MST que, atualmente, atua no setor da frente de massa no estado de Goiás. Ele diz que ajuda na prática do Movimento no sentido de **disputar, conquistar, organizar, controlar e manter os territórios camponeses**. JV, militante do MST, descreve as contribuições do curso para a luta do seu Movimento assim:

O curso vai nos ajudando, dá um conjunto de elementos, de compreensão, de **teoria**, de contato com muita coisa que ajuda a gente **pensar nossa prática**, nossa estratégia, nossa ação. [...] é justamente em construir **estratégia** para avançar, para conquistar novas áreas. O curso nos ajuda trazer elementos, teorias, né, que ajuda a gente explicar, compreender, ter elementos de **qualificar nossa intervenção**, e a nossa elaboração de estratégia de ação. Então, o curso tem sido bastante importante, tem ajudado inclusive nas reflexões, nas elaborações, nos debates, nas proposições, [...] quer dizer, ela ajuda a gente na discussão da **conquista do espaço, na conquista do latifúndio, na disputa do território, e na organização desse espaço**, essa que é a combinação que a Geografia nos dá elementos **pra conquistar e se organizar nesse espaço conquistado**. [...] A grande contribuição desse curso é justamente a gente perceber que é isso, quer dizer, conhecimento geográfico nos ajuda nessa perspectiva de **conquistar e de manter a conquista**. [...]. (ENFF, Jul. 2010).

Por meio dessas narrativas podemos pensar como o PRONERA possibilitou esta abertura de diálogo dos movimentos socioterritoriais com a universidade, objetivando a construção da Educação do Campo em nível superior.

Considerações finais

Dentre as conquistas dos movimentos socioterritoriais na luta pela Educação do Campo temos o PRONERA. Mesmo que a relação entre Estado/Universidade/Movimentos Sociais, que engendra o PRONERA, seja permeada de conflitos, podemos afirmar que o mesmo auxilia como instrumento de resistência da territorialidade não-capitalista camponesa.

As experiências de Educação do Campo que estão sendo desenvolvidas a partir do PRONERA, como o CEGeo, permite que visualizemos três características principais: a primeira é o protagonismo dos movimentos socioterritoriais na elaboração de uma política pública que visa à construção de uma nova forma de desenvolvimento para o campo com sustentabilidade social e ambiental; a segunda é a produção de conhecimentos pelos próprios movimentos camponeses estabelecendo o diálogo de saberes populares com os conhecimentos técnico – científicos da universidade; e o terceiro é a Educação do Campo como instrumento de resistência política e cultural camponesa.

Referências

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **(Re) criação do campesinato, identidade e distinção**: a luta pela terra e o *habitus* de classe. São Paulo: UNESP, 2006.

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de; PAULINO, Eliane Tomiasi. **Terra e território: a questão camponesa no capitalismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

ANDRADE, Márcia Regina; DI PIERRO, Maria Clara. A construção de uma política de educação na reforma agrária. In: ANDRADE, Marcia Regina; PIERRÔ, Maria Clara Di; MOLINA, Mônica Castagna; JESUS, Sonia Meire Santos Azevedo de *et al* (Orgs.). **A educação na Reforma Agrária em perspectiva**. São Paulo: Ação Educativa; Brasília: PRONERA, 2004. p. 19-54.

ANTUNES-ROCHA, Maria Isabel *et al*. Formação e trabalho docente na escola do campo: protagonismo e identidades em construção. In: MOLINA, Mônica Castagna (Org.). **Educação do campo e pesquisa II: questões para reflexão**. Brasília – DF: MDA/MEC, 2010. p. 65-73. (Série NEAD Debate, 20).

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA. **Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA)**. Manual de Operações do Pronera. Brasília: MDA/INCRA, 2011.

CALDART, Roseli Salete. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

CAMACHO, Rodrigo Simão. **O ensino da geografia e a questão agrária nas séries iniciais do ensino fundamental**. 2008. 462 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Aquidauana, 2008.

CAMACHO, Rodrigo Simão. **Paradigmas em Disputa na Educação do Campo**. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2014.

CAMACHO, Rodrigo Simão; CUBAS, Tiago Egídio. A recriação dos territórios camponeses por meio da produção de alimentos e energia: a experiência do MPA em Frederico Westphalen-RS, **Revista Agrária** (São Paulo), 2011.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2000.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Diretrizes de uma caminhada. In: **Encontro Nacional de Ensino de Geografia**, 5. , 2003, Presidente Prudente. Anais... Presidente Prudente: Unesp, 2003. (CD ROM).

FERNANDES, Bernardo Mançano. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. **Revista NERA**, Presidente Prudente: Unesp, ano 8, n. 6, p. 14 – 34, jan./jun. 2005.

FOERSTE, Erineu; SCHÜTZ-FOERSTE, Gerda Magit. Professores, sem terra e universidade: qual parceria? In: ANDRADE, Marcia Regina; DI PIERRÔ, Maria Clara; MOLINA, Mônica Castagna; JESUS, Sonia Meire Santos Azevedo de *et al*. (Orgs.). **A educação na Reforma Agrária em perspectiva**. São Paulo: Ação Educativa; Brasília: PRONERA, 2004.

GOHN, Maria da Glória. **Uma proposta teórico-metodológica para a análise dos movimentos sociais na América Latina**. Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Loyola, 1997.

HOLANDA, Aurélio Buarque de. **Novo Aurélio** – século XXI: dicionário da Língua Portuguesa. São Paulo: Nova Fronteira. (versão digital 3.0).

JESUS, Sonia Meire Santos Azevedo de. Proneira e a construção de novas relações entre estado e sociedade. In: ANDRADE, Marcia Regina; PIERRÔ, Maria Clara Di; MOLINA, Mônica Castagna; JESUS, Sonia Meire Santos Azevedo de *et al.* (Orgs.). **A educação na Reforma Agrária em perspectiva**. São Paulo: Ação Educativa; Brasília: PRONERA, 2004. p. 89-100.

LISBOA, Teresa K. Referencial teórico. In: _____. **A luta dos sem terra no oeste catarinense**. Florianópolis: UFSC, 1988.p. 17-37.

MICHELLOTTI, Fernando *et al.* Educação do campo e desenvolvimento. In: MOLINA, Mônica Castagna (Org.). **Educação do campo e pesquisa II: questões para reflexão**. Brasília – DF: MDA/MEC, 2010. p. 13-25. (Série NEAD Debate, 20).

MOLINA, Mônica Castagna. Políticas Públicas. In: CALDART, Roseli Salette *et al.* (Orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; São Paulo: Expressão Popular, 2012. p. 587-596.

MOLINA, Mônica Castagna. Proneira como construção prática e teórica da educação do campo. In: ANDRADE, Marcia Regina; PIERRÔ, Maria Clara Di; MOLINA, Mônica Castagna; JESUS, Sonia Meire Santos Azevedo de *et al.* (Orgs.). **A educação na Reforma Agrária em perspectiva**. São Paulo: Ação Educativa; Brasília: PRONERA, 2004. p. 61-85.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A geografia agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro. In: CARLOS, Ana F. A. (Org.). **Novos caminhos da geografia**. São Paulo: Contexto, 1999. p. 63-137.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **Da geografia às geo - grafias: um mundo em busca de novas territorialidades**. Buenos Aires: Clacso, 2002.

RAFFESTIN, Claude. O que é o território. In: _____. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993. p. 143-158.

SOUZA, Marcelo Lopes. “Território” da divergência (e da confusão): em torno das imprecisas fronteiras de um conceito fundamental. In: SAQUET, Aurélio Marcos; SPOSITO, Eliseu Savério (Org.). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 57-73.

SOUZA, Maria Antônia de; BELTRAME, Aparecida Branco. Educação do campo, movimentos sociais e políticas públicas. In: MOLINA, Mônica Castagna (Org.). **Educação do campo e pesquisa II: questões para reflexão**. Brasília – DF: MDA/MEC, 2010. p. 84-94. (Série NEAD Debate, 20).

THOMAZ JUNIOR, Antonio. Desafios teóricos para a geografia do trabalho no século XXI. In: THOMAZ JÚNIOR, Antonio; FRANÇA JÚNIOR, Barreto (Org.). **Geografia e trabalho no século XXI**. Presidente Prudente: Centelha, vol.9, 2009. p. 162-214.

UNESP. Faculdade de Ciências e Tecnologia. Universidade Estadual Paulista. Curso de geografia: licenciatura e bacharelado. **Projeto Político-Pedagógico**. Presidente Prudente, [2005?]. (não publicado).

VIA CAMPESINA. **The international peasant's voice**. Disponível em: <<http://viacampesina.org/en/>>. Acesso em: 01 jul. 2013.

Recebido para publicação em 13 de maio de 2016.

Devolvido para a revisão em 21 de maio de 2016.

Aceito para a publicação em 31 de maio de 2016.